

# Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2011

1

LEI Nº 5.917, DE 10 DE SETEMBRO DE 1973	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 505, DE 24 DE SETEMBRO DE 2010	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2011
	Constitui fonte de recursos adicional ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.	Constitui fonte de recursos adicional ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; e altera a <b>Relação Descritiva constante do Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973.</b>
	<b>O PRESIDENTE DA REPÚBLICA</b> , no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:	O CONGRESSO NACIONAL decreta:
	Art. 1º Fica a União autorizada a conceder crédito ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no montante de até R\$ 30.000.000.000,00 (trinta bilhões de reais), em condições financeiras e contratuais a serem definidas pelo Ministro de Estado da Fazenda.	Art. 1º Fica a União autorizada a conceder crédito ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no montante de até R\$ 30.000.000.000,00 (trinta bilhões de reais), em condições financeiras e contratuais a serem definidas pelo Ministro de Estado da Fazenda.
	§ 1º Para a cobertura do crédito de que trata o <b>caput</b> , a União poderá emitir, sob a forma de colocação direta, em favor do BNDES, títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal, cujas características serão definidas pelo Ministro de Estado da Fazenda.	§ 1º Para a cobertura do crédito de que trata o <i>caput</i> , a União poderá emitir, sob a forma de colocação direta, em favor do BNDES, títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal, cujas características serão definidas pelo Ministro de Estado da Fazenda.
	§ 2º No caso de emissão de títulos, será respeitada a equivalência econômica com o valor previsto no <b>caput</b> .	§ 2º No caso de emissão de títulos, será respeitada a equivalência econômica com o valor previsto no <i>caput</i> .
	§ 3º O Tesouro Nacional fará jus à remuneração com base no custo financeiro equivalente à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.	§ 3º O Tesouro Nacional fará jus à remuneração com base no custo financeiro equivalente à Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP.
	Art. 2º O BNDES poderá recomprar	Art. 2º O BNDES poderá recomprar da União, a qualquer tempo, os créditos referidos

# Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2011

2

LEI Nº 5.917, DE 10 DE SETEMBRO DE 1973	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 505, DE 24 DE SETEMBRO DE 2010	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2011					
	da União, a qualquer tempo, os créditos referidos no <b>caput</b> do art. 1º, admitindo-se a dação em pagamento de bens e direitos de sua propriedade, a critério do Ministro de Estado da Fazenda, desde que mantida a equivalência econômica.	no <i>caput</i> do art. 1º, admitindo-se a dação em pagamento de bens e direitos de sua propriedade, a critério do Ministro de Estado da Fazenda, desde que mantida a equivalência econômica.					
		Art. 3º A Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, constante do Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, passa a vigorar acrescida do seguinte trecho rodoviário:					
2.2.2. RELAÇÃO DESCRITIVA DAS RODOVIAS DO SISTEMA RODOVIÁRIO FEDERAL .....		“2.2.2 – Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal .....”					
		BR	Pontos de Passagem	Unidades da Federação	Extensão (Km)	Superposição	
						BR	Km
			Entroncamento com a BR-101 (Cabo de Santo Agostinho) – São José da Coroa Grande – Maragogi – Paripueira – Entroncamento com a BR 101	PE–AL	194	---	---
		.....”					
		Parágrafo único. O traçado definitivo, a designação oficial e demais características do trecho rodoviário de que trata o <i>caput</i> serão determinados pelo órgão competente.					
	Art. 3º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.	Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.					